

Bracara Augusta e as lições da história*

Lúcio Craveiro da Silva

Há dois milénios o Imperador romano César Augusto, contemporâneo do início da era cristã que nos rege, enobreceu a cidade de Braga com o título de Augusta. Então o *oppidum* indígena principal dos Brácaros recebeu, segundo Plínio, o nome de Bracara Augusta e ascendeu à categoria de Convento Jurídico.

Os fastos da Bracara Augusta estendem-se assim por dois mil anos, dentre os quais deparamos com a preparação, nascimento e madurez da nação portuguesa e encerram, portanto, vivos, os oito séculos da nossa História. É um tema, por isso, inspirador e fecundo mas extremamente longo. Procurarei reduzi-lo ao ponto de vista do seu perfil cultural embora talvez, mesmo assim, não consiga ser tão breve como desejava pois me vai obrigar não só a tecer considerações significativas sobre o passado que nos criou e modelou, mas a ter ainda presente o futuro que se aproxima do Portugal que somos e queremos ser.

* Conferência proferida no dia 5 de Fevereiro de 2000, no Salão Medieval da Universidade do Minho, na Sessão de Abertura da «Comemoração do Bimilenário de Bracara Augusta», presidida por Sua Excelência o Sr. Primeiro Ministro.

Em Braga, apesar de afastada da capital do império, graças às virtudes das suas gentes medrou e prosperou a civilização romana. Bracara Augusta foi um florescente centro de irradiação comercial, livre dos reiterados assaltos dos piratas do mar mas servida de perto por vias marítimas, muito frequentadas desde a foz do Cávado à foz do Douro que alargavam as suas iniciativas mercantis ao norte de África, ao Próximo Oriente e às Ilhas Britânicas. A sua área urbana desdobrava-se por uns cinquenta hectares e comunicava com o interior por cinco vias romanas. As recentes escavações arqueológicas confirmam a prosperidade económica da cidade, como o afirmara Ausónio ao denominá-la *Bracara dives*.

Esquecida pouco a pouco da sua língua e do seu modo de viver, Braga organizou-se assimilando a cultura romana, pois Roma criava escolas nos povos submetidos onde os gramáticos e retóricos ensinavam exclusivamente a língua latina e formavam as elites dos seus funcionários e homens de letras. A confirmá-lo surge a figura representativa do bracarense Orósio que dominava superiormente a língua, a literatura e a cultura latinas. Braga chegou a ser a cidade mais importante e próspera de todo o Ocidente Peninsular e por isso, dado o êxito das leis romanizantes de Caracala (212), o Imperador Diocleciano constituiu-a a capital da nova província da Galécia que se estendia do Douro ao Mar Cantábrico.

Portanto a primeira característica da cultura da Bracara Augusta foi a sua prosperidade e a sua romanização.

Mas nos finais do século IV e princípios do século V o Império Romano entrou em agonia, invadido pelas incursões das tribos germânicas. E enquanto estas incursões esfacelavam externamente a estrutura territorial do Império e abalavam e enfraqueciam a sua civilização, internamente a sua alma ia-se modelando pela nova doutrina e cultura cristã que deve ter surgido muito cedo em Braga, apesar do seu primeiro Bispo conhecido ser Paterno, aludido no Concílio I de Toledo no ano de 400. Embora o cristianismo tenha chegado a Braga no tempo dos romanos, como se depreende até dos escritos de Egéria e de Idácio de Chaves, floresceu e radicou-se no reino dos suevos, a princípio de cariz ariano, tendo nessa altura constituído o primeiro estado cristão da Europa, anterior portanto à conversão dos francos. Os suevos, detidos pelo

oceano e com a preocupação de se instalarem finalmente na terra conquistada, reservaram para si dois terços das explorações agrícolas deixando para os hispano-romanos apenas um terço; mas reconhecendo a superioridade cultural destes aceitaram os matrimónios mistos e assimilaram a sua cultura e até a sua língua. Assim pouco a pouco foram-se mesclando, surgindo deste modo um povo novo, com tradições romanas, religião cristã e contribuições germânicas que formaram o estado suevo com a capital em Bracara Augusta e cujo domínio se alargou à Lusitânia e à Bética.

É nesta altura que surge a figura de S. Martinho de Braga que converte o rei Teodimiro (559-570), a sua corte e todo o povo da cidade e das aldeias ao catolicismo. A intervenção de S. Martinho foi decisiva e notabilíssima na criação e unificação cultural do novo povo. Baseada em completa tradição romana e enriquecida pelos movimentos civilizacionais e religiosos contemporâneos, o êxito da sua acção muito ficou a dever ainda à grandeza da sua influência pessoal. Deu e consolidou nova personalidade aos povos da Galécia e à sua corte sueva e o seu influxo espalhou-se não só ao Noroeste Peninsular mas a toda a Ibéria como o atesta, entre outros, S. Isidoro de Sevilha, uns 40 anos depois.

Um aspecto frisante da sua acção inovadora centrou-se na apreciação do monaquismo que ele aqui criou e desenvolveu. Os mosteiros conservavam e irradiavam juntamente com a cultura clássica e os valores religiosos de justiça e solidariedade, a perícia da exploração agrícola, sustentáculo da alimentação e desenvolvimento económico. Este empenho na divulgação do monacato conseguiu a sua realização histórica mais visível no adjacente mosteiro de Dume onde instalou uma biblioteca, criou escola de escritores e tradutores e foi a grande solução para a consolidação do sentido de autonomia naqueles tempos de invasões e insegurança. Restituiu o devido lugar à antiga cultura perdida e criou horizontes férteis a uma nova civilização que despontava. «Último sobrevivente duma civilização que desaparecia, confirma É. Hamman, apresenta-se ao mesmo tempo como anunciador dos novos tempos e é nisto que reside o interesse deste convertedor dos suevos». S. Martinho, embora difundindo os valores do evangelho e renovando a igreja bracarense, redigiu também vários tratados práticos de ética racional dirigidos à formação do homem, como ele afirma, «em rectidão e honestidade». «É que S. Martinho

sabia prescindir verbalmente do cristianismo para poder dizer à nobreza sueva de Entre Douro e Minho: para proceder virtuosamente basta ser homem» (Mário Martins, "Correntes da Filosofia Religiosa de Braga, séculos IV a VII", Porto, 1950, p. 230). Por isso com a sua acção inteligente e generalizada surge um povo diferente de hispano-romanos e suevos, unidos por uma nova cultura com base romana e cristã e características germânicas, que estão na base da nossa civilização ocidental. Assim Braga e, nela, a Galécia foi até um dos primeira núcleos que constituíram e realizaram a que começou a ser a linha cultural de toda a posterior civilização europeia. Apesar das provas dolorosas a que esta estivera e vai ser submetida, soube e pôde vencê-las porque encontrara primeiro um rumo certo que lhe deu alma, força e características próprias, como veremos.

O espírito aventureiro dos suevos que atravessaram toda a Europa de espada em punho e se foram fixando finalmente nesta terra ocidental da Galécia foi absorvido pelos hispano-romanos que lhe transmitiram por sua vez a herança romana de organização e cultura que Martinho acalentou e difundiu na corte e no povo. A religião cristã com os seus valores de convivência, justiça e respeito pela pessoa humana, foi-lhe temperando os resíduos bárbaros de sangue e devastações. É certo que o espírito de aventura persistiu como característica indelével daquele novo povo que tentou ainda alargar os seus domínios. Mas a barreira dos visigodos foi-o contendo e finalmente o venceu. Este facto, apesar de doloroso, enriqueceu-o com a experiência de que as relações com outros povos não devem assentar na força e nas devastações mas basear-se em certo entendimento e possíveis acordos. Unido pela mesma fé religiosa e pela mesma cultura, começou, então a perceber as vantagens do amor à própria terra; e a organização da Igreja, com suas dioceses e seus Bispos, ofereceu-lhe uma estrutura social que se reflectia com êxito na sua contextura política. Entretanto novas provações estremeceram violentamente o curso da história de Bracara Augusta. Os sarracenos agrediram, devastaram e dominaram toda a Península Ibérica enfraquecida pela desunião das suas gentes. E chegaram também às terras da Galécia. Povo de distante fé e diferentes costumes, se por um lado lhe trouxe provações e insegurança, por outro levou-a a compreender melhor e a aprofundar as vantagens da própria união e a tomar, por contraste, maior consciência dos seus valores. Durante os três primeiros séculos de domínio estranho, a vassalagem não foi muito sentida porque os

invasores sarracenos não eram fundamentalistas e não lhes impunham a sua fé e quase se contentavam com o tributo que, ao princípio, era menos oneroso do que o exigido pelo governo visigótico. Até recebeu deles relevantes progressos na agricultura; mas quando ao fim de três séculos de dominação começaram tardiamente a querer impor à força a crença maometana, já a Reconquista ia avançando e os povos hispânicos acreditavam no valor da sua força e no êxito da sua cruzada libertadora. Mas o imprevisto aconteceu. Bracara Augusta que já se tinha refeito da devastação dos visigodos, agora sofreu de novo e mais profundamente a destruição fatal dos seus monumentos romanos ainda existentes e juntamente o extermínio dos seus habitantes pelo terrível Almançor. Por isso rareiam hoje os monumentos romanos e os restos da Braga próspera de Ausónio jazem soterrados e só a custo os nossos actuais arqueólogos os vão laboriosamente «revisitando». Mas, finalmente liberta dos muçulmanos, Braga apelou às suas próprias energias e pouco a pouco foi-se refazendo tenazmente das suas perdas. O povo, disperso pelos montes, afluiu. Os seus arcebispos, refugiados na Galiza, regressaram. Outras cidades que sofreram menores provações morreram ou prosseguiram languidamente; o povo bracarense soube curar as suas feridas, renovar a sua vitalidade e a sua cultura que definira e estabelecera nos tempos de S. Martinho e se robusteceu pela providencial e culta acção, entre outros, de S. Frutuoso e S. Geraldo. O Conde D. Henrique e D. Teresa, cujos corpos jazem junto da Catedral, e os fidalgos portucalenses não foram apenas símbolos e exemplos desta vitalidade pois souberam aproveitá-la e dar-lhe o sentido unânime que Afonso Henriques concretizou na independência.

A independência é o respirar fundo de um povo livre. Cada povo, por isso, respira culturalmente à sua maneira. A independência de Portugal recolhia a rica herança do antigo Convento Bracarense e da sua Galécia animada pela cultura romana e cristã que assimilara a gente sueva e se tornou de novo a zona mais densamente povoada de todo o Noroeste. Neste povo renovado predominava certo temperamento e vigor sentimental que, com inspiração de génio, se exprimia literariamente nas «Cantigas de amor e mal-dizer». Não perdera o espírito aventureiro que perdurou desde os suevos e encarava as andanças do seu viver trabalhado com paixão mas também com inteligente ironia. O espírito de convivência, caldeado nas longas e fecundas relações entre hispano-romanos e germânicos persistiu e atraiu até pacífica e admi-

ravelmente judeus e moçárabes. Poucos povos ou talvez nenhum aprendeu a conviver como o português modelado pela sua história que lhe deu forte resistência à adversidade e lhe nutriu o espírito de aventura que não temia as distâncias. Este espírito revelou-se ainda em certo sentimento vivo mas íntimo de quem sofre na ausência mas nutre a esperança e que aflorou na saudade em tempos de paz e na dura e longa desventura se refugiara no sebastianismo ou no Quinto Império...

Celebrando presentemente Bracara Augusta é evidente que me estou referindo sobretudo à sua presença fundamental na cultura portuguesa. Mas o lusogalaico também deve a Trás-os-Montes e à Beira montanhosa a sua tenacidade, resistência e equilíbrio menos aventureiro mas mais realista, que traçou os limites fronteiriços, quase sem defesas naturais de rios e montanhas, entre Portugal e Castela. Eles aceitaram e completaram a cultura nortenha que criou Portugal e que partindo da região do Minho até Coimbra, floresceu em Santarém, Lisboa, Évora; não parou no Algarve e se arriscou ao longo do mar tenebroso e originou espantosamente, enriquecendo e difundindo a cultura europeia, o Império Ultramarino, tão grandioso como no Brasil imenso e solidário, tão generoso que os povos indígenas o abraçam como em Timor, tão impossível como um Macau irradiante no imenso e desconhecido Oriente, tão forte que deteve o avanço do Islão pelo génio de Albuquerque e sem o qual a Índia hoje não seria a Índia budista mas parcelas e unidades maometanas como os seus países vizinhos. Em África não se chegou a concluir plenamente o seu sentido e saber cultural, impedido pelas potências europeias que nela traçaram fronteiras artificiais ao arrepio das suas etnias e explodiu no ultimato humilhante, mas os seus habitantes, afeitos à convivência lusitana, ainda hoje apelam a Portugal. A cultura que nos animou e criou, sempre respeitosa e amiga das outras etnias, não destruiu nenhuma civilização, não perseguiu nenhum povo e não enriqueceu à custa dele. Partimos generosos e pobres voltámos. Outros não poderão dizer o mesmo. Mas a nossa história que nasceu aqui nesta região da Bracara Augusta, guiada pelas lições de um passado experiente, grandioso e instrutivo, foi-nos ensinando a sofrer, a dominar e a vencer as profundas mudanças sociais e políticas a que nos habituaram, como vimos, estes dois milénios.

Há pouco assistimos, não sem emoção, ao encerramento da nossa epopeia

de Além-Mar. Apenas os Palops, a quem os missionários ensinaram ao longo de séculos a língua portuguesa, lembram por enquanto apenas em surdina, as riquezas da nossa cultura não económica ou gananciosa mas espiritual e humana. Restam-nos, no entanto, ainda, – é bom não esquecer-lo – duas pérolas na coroa da nossa aventura: os Açores e a Madeira. É uma presença amorosa que a História nos deixou como perene recordação...

Mas agora, uma vez mais, se está transmudando o curso da nossa história e encontramos-nos, por isso, numa nova encruzilhada. O Além-Mar dos Lusíadas está a ser substituído pelo Aquém-Mar da Europa, o que representa para a actual geração um desafio e uma nova aventura. Mais uma. E as vicissitudes, transformações, defesa e persistência da cultura da Bracara Augusta de dois milénios ajuda-nos a renovar a esperança e a não recear esta nova aventura se formos fiéis à tradição deste povo original, criador e livre que sabe caminhar com as próprias lições da experiência que lhe foi ensinando a aproveitar a ajuda dos outros povos ao fazer coincidir as suas necessidades com os interesses deles já que de graça ou por simples generosidade, ninguém nos ajudou nem estará do nosso lado. Dar generosamente sem pedir paga, foi uma virtude apenas dos portugueses...

O novo enigma que denominei Aquém-Mar, a Europa, é tão flagrante e actual como dificultoso. É flagrante porque ele toca talvez o nosso maior problema colectivo actual. Tanto pela decisão dos políticos que nos governam como pela globalização da economia, e pelo desaparecimento do império, a criação da União Europeia parece ser uma fatalidade e tornou-se conseqüentemente de aceitação geral. Por outro lado, o tema é dificultoso porque a criação da União Europeia dá uma volta à nossa história. Provoca uma atitude e regimes legais diferentes, apresenta novas autoridades longínquas e exige, até certo ponto, uma dobra do nosso sentimento tradicional de convivência.

A nossa história, que é como quem diz a nossa vida ao longo de oito séculos, desenvolveu-se não digo de costas inteiramente voltadas para a Europa, o que seria falso, mas quase predominantemente interessada e envolvida nos horizontes do Atlântico e do Índico.

Como na Península quisemos ser um povo livre, Castela quase só foi para nós

historicamente, como alguém sugeriu, um muro com portas donde nos corre a água dos rios e algumas arremetidas esporádicas que tivemos de repelir. E em 1640, aconteceu até um facto paradigmático tão forte como portentoso, porque o pequeno Portugal de dois milhões de habitantes recuperou a liberdade de querer viver por si afastando a grande Espanha que era então uma das nações mais poderosas da Europa. Lutou e tivemos de acreditar que venceu na diplomacia e mesmo na guerra... E esse sentimento foi ainda mais portentoso porque explodiu espontaneamente não só no Continente mas Além-Atlântico e ecoou no Brasil, África, Goa, Macau e Timor. E em seguida retomámos livremente a nossa vida e a nossa maneira de ser na política, na economia, no percurso dos mares, no esplendor do barroco, e na alegria serena de viver!

De facto, ao longo da História, apenas recorreremos seriamente à Europa no começo do reinado de D. Afonso Henriques, quando requeremos a independência do Reino de Leão e Castela, e depois apelámos para a Inglaterra a quem pagámos lautamente a aliança para nos apoiar contra Castela na crise dinástica do tempo de D. João I. E mais tarde, por causa dessa mesma aliança, fomos invadidos dolorosamente pelas tropas napoleónicas; depois, dela nos veio algum apoio, embora bastante interesseiro, ao êxito das liberdades do vintismo. E é claro, pois estou a resumir, pouco mais tivemos a haver com a Europa de modo significativo. É certo que nos acotovelámos em Lisboa, frequentemente com mercadores do norte da Europa e de Veneza que vinham negociar as especiarias e drogas que exportávamos do Ultramar. Mas esse contacto comercial era mais provocado por eles do que gerido por nós; a prova é que não aprendemos com eles a desenvolver nem o comércio nem a economia... E quanto à Europa, pouco mais... Ordinariamente os mesmos governantes, as nossas instituições e o próprio povo foram construindo lá fora, no Ultramar, a economia ao mesmo tempo que expandiam a cultura e a missão, e cá dentro iam resolvendo as suas dificuldades de povo livre, de olhos virados para o Atlântico, para onde geograficamente correm os seus rios e se põe e refugia o próprio sol... Isto confirmam hoje alguns historiadores, com observações flagrantes, ao constatarem que Castela e as nações que ela dominava desenvolveram a sua prosperidade com base sobretudo no Mediterrâneo enquanto a base da nossa economia era sobretudo atlântica. Digo *base*, para não exagerar. Mas essa *base* constituía também uma realidade.

Agora, voltando a página, vamos «pensar a Europa» em relação a Portugal no tempo presente. Nos alvares do século XXI, a nossa vida, a nossa política e o nosso olhar são levados progressivamente a voltarem-se principalmente para a Europa e apenas, mais como saudade do que como horizonte de interesses, para Além-Mar. O caso de Timor é exemplar nesse sentido. E o objecto da saudade lá se vai afastando e, com ele, lá se foi também em Macau com as recordações de Camões e de Fernão Mendes Pinto...

A História, num safanão dos tempos, transformou-se e com ele nós teremos de nos modificar e continuar a ser portugueses doutra maneira. Por isso afirmo que este problema da Europa é para nós presentemente dificultoso e, acrescento ainda, exigente. Para o futuro, não sei; lá o verão os que por cá ficarem. Agora temos de estar atentos à Europa continuamente e não apenas em momentos contados de excepção.

A nossa vida e a nossa saudade que tanto nos tem definido ao longo dos tempos, não vão certamente prosseguir pelas ondas do mar tenebroso e das paragens longínquas onde tínhamos família, amigos e interesses e onde palpitavam quentes recordações nos relatos dos nossos Cronistas. O nosso belo e rico lirismo deve mudar de tema. E o nosso coração e a nossa psicologia, em grande parte, também. E os nossos interesses e preocupações, igualmente.

Mudar, mas como e em quê? A Europa, ou melhor, a União Europeia, já não é o «império» como Vieira e Fernando Pessoa o sonharam, mas um «império» diferente onde teremos de realizar a nossa vida e, se possível, os nossos sonhos. Os emigrantes, que são os portugueses da primeira linha ou da vanguarda logo o compreenderam e já repartiram as suas famílias pela Europa. Mas até essa emigração, sendo agora mais instruída e experiente, com o tempo deverá mudar. É que a União Europeia não é uma pátria «completa», como até aqui estávamos habituados a definir as pátrias. A União Europeia é sobretudo uma união ou uma «pátria económica» (perdoem-me dizer pátria económica que não faz sentido na nossa lídima expressão tradicional!); mas é isso, chamem-lhe com o apelido que melhor entenderem. Ela estabeleceu nos seus alicerces constitucionais, que a economia é dela, pois ela a dirige e governa e a cada nação fica apenas o cuidado de conservar ou realizar «a sua identidade própria».

Perante a história que nos moldou, eu pergunto: Como é que podemos manter a nossa identidade própria nestes novos horizontes se nunca fomos capazes de antepor um sentido económico válido e permanente à nossa cultura generosa e humana? Como disse, não destruímos nações politicamente organizadas, não perseguimos e exterminámos índios, amámos e procurámos acompanhar povos que ainda hoje chamam por nós (Timor!), não enriquecemos à sua conta. Empreendemos o mais difícil: navegar em mares incertos e tempestuosos, manter firmeza perante o desconhecido, lidar com povos aprendendo e estudando as suas línguas e escrevendo a sua história, partilhando os seus costumes e desenvolvendo apenas o pequeno comércio para ir vivendo. E fomos felizes cantando os Lusíadas apesar da subjacente História Trágico-marítima dos nossos antepassados! E depois de tudo isto, que foi o mais difícil, permanecemos pobres e outros se aproveitaram do nosso esforço e das desgraças das nossas aventuras. Porquê? Porque sempre descuidámos, ou não soubemos integrar no nosso convívio, arrecadar e gerir a riqueza, e assim apesar de sermos senhores de um ultramar avultado, outros povos regressaram ricos e nós continuámos pobres. Não soubemos ou melhor, nunca procurámos consolidar e desenvolver a nossa economia, o que constituiu talvez a maior deficiência da nossa história. Vou-o repetindo muitas vezes: alimento agora a esperança de, neste aspecto importante, recuperarmos o tempo perdido... Conservemos a nossa riqueza humana de convivência, o arrojo de aventura e sacrifício nos empreendimentos, o nosso lírico sabor da vida, a terrantês e amor do lar, a nossa identidade como povo livre que definiu a riqueza da nossa cultura civilizadora desde os tempos da Bracara Augusta, mas, sem perder essas qualidades, procuremos estar atentos e cultivar finalmente o saber e agir económico que nos tem faltado para nos podermos defender e lidar satisfatoriamente com os povos europeus que acima de outras perspectivas e, nem sempre elegantemente, buscaram e buscam primeiro os seus interesses materiais e o enriquecimento das suas finanças e só depois pensaram e pensam em realizar as suas liberdades... Não julguemos agora os outros, mas temos de nos precaver quando alguns tentam meter habilmente as suas mãos ávidas na nossa economia porque também isso já aconteceu em momentos dolorosos e decisivos da nossa própria história.

Se o não fizermos e formos levados só por um temperamento tão rico como perigoso a continuar por vezes, na nossa política económica, como quem diz a «cantar apenas o fado pelas ruas de Lisboa», permaneceremos parceiros pobres na União Europeia. Perdoem-me os termos em que me expresso, que não é minha intenção serem agressivos, mas faço-o porque desejo frisar que temos de encontrar para sempre um novo rumo que até aqui apenas divisámos muito raramente. Saibamos cantar o fado, que pode ser e é uma bela canção, defendamos a nossa identidade, mas aprendamos a ser peritos e realizadores nas contingências das novas relações internacionais e no estabelecimento e desenvolvimento de valores, porque são valores a ter devidamente em conta, de uma economia cientificamente organizada, própria e vigilante, porque, no mercado que é a União Europeia, todos somos concorrentes.

Para «pensar a Europa» correctamente, temos para o futuro de incluir por isso no nosso belo sentido de convivência, o sentido da competitividade e do progresso financeiro, apelando para o espírito de aventura e de sacrifício que nunca nos faltou na expansão para o Atlântico e que agora devemos aplicar na nova aventura da pesquisa e exploração dos mercados e da estruturação de uma economia sólida que nos leve à prosperidade das empresas e nos defenda dos embates das cíclicas crises económicas. Podemos e devemos fazê-lo. As presentes gerações felizmente recebem já, desde há alguns anos, indispensável formação nas aulas generalizadas de Economia e Gestão e de Relações Internacionais como nunca antes acontecera. Prossigamos no caminho iniciado mas juntemos agora a prática à ciência, aplicando o denodado espírito de aventura que nos fez senhores no Além-Mar ao novo Aquém-Mar que é a União Europeia. Assim conservando a «nossa identidade», lograremos novos e melhores resultados na presente conjuntura em que somos obrigados a realizar a nossa vida colectiva. Saibamos aprender as lições da nossa história com os seus êxitos grandiosos mas também com suas deficiências notórias e não tenhamos desde que, apelando ao intrépido espírito de arrojo, rica convivência com outros povos e flexibilidade temperamental, dêmos à nossa diplomacia, aos nossos empresários e aos nossos políticos a sabedoria que os leve a salvaguardar os nossos interesses. As limitações da pobreza não aproveitam a ninguém e há nações pequenas como nós que são mais prósperas!

Eis as minhas humildes mas flagrantes considerações que emergem da história profunda e conseqüente da bimilenária Bracara Augusta. Ela nos foi ensinando como vencer as transformações mais onerosas das invasões que nos vieram da Europa, o ressurgir das novas devastações dos visigodos e sobretudo do tentado extermínio dos sarracenos e a reavivar a riqueza da nossa cultura e a difundi-la na descoberta de novos povos. Agora, para não ficarmos apenas a louvar glórias passadas, nos anima e orienta a precaver o futuro na presente e ainda incerta conjuntura da União Europeia.

A mesma Braga, que estamos recordando em festa, aprendendo do seu passado, já começou, embora ainda levemente, a desvendar e solucionar, pouco a pouco, o nosso novo futuro. A sua Universidade foi a primeira a criar o Curso de Relações Internacionais, felizmente já generalizado a outras Universidades. O seu recente Reitor é Presidente dos Reitores das outras Universidades europeias. Os industriais e comerciantes desta região começaram a desenvolver a sua indústria e o seu comércio, silenciosamente mas com êxito, em colaboração com importantes firmas europeias. Os actuais horizontes de Braga e da sua região, embora pouco conhecidos, continuam os mesmos de sempre: vigilantes e empreendedores. Os emigrantes voltaram-se agora para a Europa; o povo encontra soluções que às vezes os políticos só tardiamente procuram. Por isso vou terminar com o testemunho inolvidável de uma mulher bem portuguesa desta região que no comboio a caminho de França, me ofereceu participar da sua merenda e exclamou sabiamente: «Olhe, senhor, nós vamos buscar lá fora o dinheiro que cá não temos, mas a vida, o modo de ser e a religião é a nossa».

Deixando questões secundárias, embora importantes, não poderemos também finalmente dar ao nosso povo através das novas vicissitudes da União Europeia, a prosperidade económica que ainda falta à sua riqueza humana? Será essa a melhor celebração que, neste momento, nos sugere o tema do bimilenário, longo mas sempre actual, da Bracara Augusta que também foi, como observou Ausónio, *Bracara dives*, ou seja Braga rica. E neste caso se estenderia também a palavra *rica* a toda a nação portuguesa...